

**UMA ANÁLISE DA
POLÍTICA EXTERNA
ARGENTINA DE 1983 A 2007:
IDEIAS, CRENÇAS
E PERCEPÇÕES**

VERA LÚCIA CORRÊA DA SILVA

Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS,
Socióloga do Centro de Documentação e
Estudos da Bacia do Prata (CEDEP) – UFRGS



RESUMO

O presente artigo analisa o processo de tomada de decisão na política externa argentina durante o período democrático de 1983 a 2007 e procura explicar as razões da inconstância em sua orientação, apoiando-se nas dimensões subjetivas, isto é, nos fatores de ordem cognitiva, pois elas partem da premissa de que as ideias podem explicar as mudanças nas ações políticas. Constata-se que, nesse período, a política externa da Argentina foi significativamente inconstante e com frágil institucionalização, o que justifica a acentuada influência das ideias e crenças dos governantes sobre sua condução.

Palavras-chave: crenças, ideias, política externa, representações, tomada de decisão.



ABSTRACT

This article analyses the decision-making in Argentinian foreign policy from 1983 to 2007 during the democratic period and tries to explain the reasons for inconstancy in their direction by relying on subjective dimensions, that is, based on cognitive factors considering that the ideas may also explain the changes in political action. It appears that in this period, the foreign policy of Argentina was significantly inconsistent and with fragile institutionalization, which justifies the strong influence of ideas and beliefs of rulers on their running.

Keywords: beliefs, foreign policy, decision-making, ideas, representations.



1 INTRODUÇÃO

Analisa-se, neste artigo, o processo de tomada de decisão na formulação da política externa argentina no período de 1983 a 2007. Constata-se que, nesses anos, ela foi significativamente inconstante, o que será surpreendente, se for considerada a relativa estabilidade política do período. Por outro lado, essa é uma situação compreensível diante da frágil institucionalização da política externa do país, o que justifica a acentuada influência das ideias e crenças (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993) dos tomadores de decisão sobre sua condução. Portanto, procura-se, aqui, explicar as razões dessa inconstância, apoiando-se nas dimensões subjetivas, isto é, nos fatores de ordem cognitiva (SILVA, 1998, p. 142; HERZ, 1994).

As interpretações baseadas nos interesses ignoram a influência das percepções e crenças dos governantes¹ sobre a tomada de decisão na política externa, tampouco buscam explicar as causas de suas oscilações pelas mudanças de percepções de cada agente decisório sobre as relações internacionais de seu país. No caso argentino, em decorrência do baixo padrão institucional da política externa, as visões de mundo² dos governantes no processo de tomada de decisão adquirem particular relevância. É nesse sentido que se busca o apoio de abordagens que levam em conta os elementos subjetivos, pois elas partem da premissa de que as ideias podem explicar as mudanças nas ações políticas.

As visões de mundo dos tomadores de decisão, tão decisivas na definição da política externa argentina, não estão separadas das percepções construídas pela própria sociedade, espelhando valores, crenças e atitudes sobre si mesma e sobre o “outro”. Algumas dessas percepções ou visões de mundo se transformaram em paradigmas e mudaram o modo de inserção internacional do país, como a relação especial com uma potência e a autonomia ou o globalismo (BERNAL-MEZA, 2005). Aqui, a pretensão não é afirmar que as visões de mundo forjaram os paradigmas, mesmo porque ideias e interesses andam juntos, mas contribuíram para sua consolidação.

O trabalho divide-se em quatro tópicos. O primeiro consiste na apresentação dos pressupostos teóricos em que o estudo se ampara para

¹ Neste artigo os termos governantes, tomadores de decisão e agentes decisórios são equivalentes.

² São ideias/crenças ligadas profundamente à cultura que passam a se refletir nos modos de pensamento criando, assim, as identidades. (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993).

explicar as razões da inconstância na política externa argentina do período mencionado. O segundo tópico trata do debate sobre a influência das ideias e crenças na definição do papel da Argentina no mundo e na constante busca por uma identidade. O terceiro tópico apresenta as principais percepções sobre o papel da Argentina no mundo e sobre si mesma, as quais predominaram no imaginário argentino ao longo da história do país. E o quarto tópico examina a correspondência entre as ideias/crenças e as ações dos governos no período estudado.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O presente estudo adota os pressupostos teóricos de Judith Goldstein e Robert Keohane (1993), que, embora adeptos da vertente racionalista e sem perderem de vista o postulado de que os agentes se comportam racionalmente guiados pelo seu autointeresse, consideram o papel das ideias fundamental na política internacional. Para a abordagem racionalista, durante muito tempo, o debate sobre o impacto das ideias na formação de políticas não tinha importância como mecanismo causal, uma vez que os “interesses e preferências são dados, e os atores, ao agirem de forma racional, antecipam o resultado de suas ações”. Atualmente, alguns autores identificados com a perspectiva da ação racional, como Goldstein e Keohane, reconhecem a importância das ideias tanto quanto dos interesses sobre a formulação e adoção de políticas (SILVA, 1998, p. 144). O termo “ideias” é entendido por esses autores como crenças que as pessoas possuem, podendo ajudar a explicar a ação política, especialmente a relacionada à política externa. E reportam-se a Max Weber para demonstrar como as escolhas de ideias específicas podem simplesmente refletir os interesses dos atores:

Like Weber, we do not argue that ideas rather than interests (as interpreted by human beings) move the world. Instead, we suggest the ideas as well as interests have causal weight in explanations of human action (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1998, p. 3).

Goldstein e Keohane classificam as crenças/ideias em três tipos que, segundo eles, encontram-se interligados na vida social, servindo de guias para a ação política: 1) *world views* – ideias/crenças ligadas profundamente à cultura que passam a se refletir nos modos de pensamento criando, assim, as identidades; 2) *principled beliefs* – ideias normativas que especificam critérios para distinguir entre o certo e o errado, o justo e

o injusto; 3) *causal beliefs* – ideias com capacidade de gerar relação de causa e efeito. As mudanças nas *world views* e nas *principled beliefs* geram um profundo impacto sobre a ação política, enquanto as originadas da relação causa-efeito (*causal beliefs*) ocorrem mais frequentemente e são utilizadas para um determinado grupo atingir seus objetivos e metas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 9). Esses autores apontam, ainda, três caminhos causais pelos quais as ideias mantêm o potencial de influenciar os resultados políticos: as ideias como *road maps*, em que os atores selecionam aquelas ideias ou valores, disponíveis no mapa do caminho, com as quais se identificam para atingir determinadas metas; as ideias como *focal points*, no caso de não haver consenso entre os atores, eles servem como elemento aglutinador ao apresentarem soluções cooperativas para facilitar a coesão de grupos específicos; as ideias como *institutionalization*, em que elas são incorporadas pelas instituições políticas, por meio de regras e normas, influenciando nas decisões e resultados políticos (GOLDSTEIN; KEOANE, 1993, p. 12).

No caso da política externa argentina, as ideias e crenças não se institucionalizaram, como sugerem Goldstein e Keohane. Tampouco se buscou, entre os vários grupos políticos em disputa, um consenso em torno de uma ideia comum (*focal points*). O que se constata é a existência de um conjunto de ideias que serve como guia (*road maps*) para nortear as ações políticas dos tomadores de decisão. Todavia, ao lançarem mão daquelas ideias e crenças com as quais se identificam, os governantes aplicam-nas de forma desordenada, sem nenhuma linha de continuidade. Tal atitude revela não somente a falta de uma conduta diplomática coerente por parte do Estado no processo de tomada de decisão, mas também o grande conflito de identidade existente na sociedade argentina sobre a visão que tem de si mesma e o papel que ela exerce no mundo e na região.

O exemplo mais significativo desse conflito de identidade é a política externa durante o governo de Carlos Menem (PJ), que tentou estabelecer uma relação especial com a potência hegemônica, buscando resgatar o mesmo sucesso do período de “ouro” da economia argentina do início do século XX sustentada pelos princípios do liberalismo econômico. Essa postura contrastou com a política externa de Alfonsín (Radical), Duhalde (PJ) e Kirchner (PJ), que buscaram uma maior autonomia em relação à potência hegemônica, ao mesmo tempo em que trouxeram a influência das ideias desenvolvimentistas. Por outro lado, mesmo que os três últimos governos se tenham identificado quanto à necessidade de autonomia e de uma estratégia de desenvolvimento, eles apresentaram

algumas incoerências. A política externa de Kirchner, por exemplo, tinha em sua agenda a importância do Brasil como parceiro estratégico. Em muitos momentos, porém, houve o retorno da ideia do Brasil como rival, fazendo com que se estabelecesse uma agenda externa de baixo perfil com o país vizinho.

O conceito de percepção é relevante para esta análise, uma vez que há diferenças significativas entre a realidade e a percepção dos tomadores de decisão sobre essa realidade, podendo ocorrer percepções equivocadas (*misperceptions*) sobre determinada situação, como na formulação da política externa de um país. (JERVIS, 1976). Conforme Silva (1998, p. 143), o conceito de percepção significa “[...] a ‘brecha’ existente entre a realidade – supostamente ‘objetiva’ – do ambiente operacional e sua representação ‘subjéctiva’ na mente do *policymaker*.” Nesse sentido, pode-se intuir que as estratégias escolhidas pelos tomadores de decisão argentinos apresentaram variações e, talvez, alguns equívocos, influenciados por más percepções da realidade do país e da inserção do mesmo no mundo.

Cabe destacar, ainda, dois estudos que utilizam a perspectiva cognitiva para analisar a política externa brasileira. Mônica Herz (1994) apresenta uma revisão da literatura sobre essa abordagem, e os modelos conceituais dela decorrentes, tais como percepções e más percepções, imagens, sistemas de crenças, entre outros. Segundo Herz, a literatura sobre a abordagem de elementos cognitivos iniciou no final da década de 1950 como uma crítica ao realismo. E, depois dos anos 1990, essa abordagem veio a se consolidar definitivamente nas Relações Internacionais. Alexandra de Mello e Silva (1998, p. 154) analisa empiricamente a influência das ideias sobre a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU e tem por hipótese que “[...] a persistência e a influência de crenças seminais no comportamento diplomático brasileiro” são uma das razões da participação brasileira nesses núcleos decisórios.”

Para essas duas autoras, os

[...] elementos subjéctivos influenciam o processo decisório e o comportamento de atores em diferentes combinações, sendo que os decisores não selecionam do seu quadro cognitivo somente aqueles elementos úteis para a definição de políticas, como pressuporia o modelo do ator racional. (HERZ, 1994, p. 84).

Nesse sentido, uma tomada de decisão, por uma abordagem subjéctiva, pode revelar-se correta ou incorreta dependendo se a escolha da estratégia de ação foi baseada em uma percepção correta ou incorreta da realidade (SILVA, 1998, p. 143). Diante desse quadro teórico, pode-se afir-

mar que as ideias/crenças são fundamentais para a definição da política externa argentina no período estudado, na medida em que ela se manifesta demasiadamente inconstante, carece de uma conduta diplomática coerente e não demonstra ser sustentada somente por uma ação racional.

3 DEBATE SOBRE A INFLUÊNCIA DAS IDEIAS E CRENÇAS NA DEFINIÇÃO DO PAPEL DA ARGENTINA NO MUNDO E NA CONSTANTE BUSCA POR UMA IDENTIDADE

A definição do papel da Argentina no mundo e a busca de uma identidade são questionamentos feitos por muitos intelectuais, argentinos ou não, que se ocupam dos estudos da política externa do país. Alguns estudos que contribuem para este debate destacam os seguintes conceitos: “sistemas de pensamento” e suas “representações” (PARADISO, 2007), “visões de mundo” e “imagem do outro” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003; BERNAL-MEZA, 2002; CERVO, 2008), “paradigmas” (BERNAL-MEZA, 2005; CANDEAS, 2005; CERVO, 2008).

José Paradiso destaca a importância das ideias e crenças na formulação da política externa dos Estados e sustenta que os tomadores de decisão se guiam “[...] frequentemente por um conjunto de ideias que especificam como devem ser abordados os problemas a enfrentar.” Para analisar a influências das ideias e ideologias, o autor divide o campo das ideias em dois níveis: os sistemas de pensamento (ou sistemas ideológicos) que “oferecem um conjunto amplo e moderadamente coerente” de ideias que respondem à “maior parte das questões relativas ao homem e ao mundo” – ele refere-se ao conservadorismo, ao liberalismo e ao socialismo; as representações específicas que correspondem a cada um dos sistemas de pensamento, “circunscritas a um campo determinado da realidade”. José Paradiso (2007, p. 6) divide a formação política e econômica do país em quatro etapas:

- 1) da época da organização nacional até a primeira guerra mundial;
- 2) o período de entre-guerras, até o fim da segunda guerra mundial;
- 3) o ciclo 1945-1990; 4) do fim da guerra fria em diante.

O autor aponta duas representações que considera estarem vinculadas ao início da formação do Estado nacional e às experiências subsequentes: a de “grandeza nacional” e a de “declínio”. As representações dessas experiências influenciaram os tomadores de decisões nos âmbitos internos e externos. Ao longo das quatro etapas apontadas pelo

autor, os debates se deram entre: liberalismo x intervencionismo, a relação especial com a potência hegemônica x a neutralidade/autonomia, o desenvolvimentismo x a ortodoxia econômica. Tanto os governos que aplicaram políticas desenvolvimentistas como liberais tinham em mente a imagem de um país próspero e aplicaram suas políticas (equivocadas ou não) com vistas a “restaurar” essas imagens.

A obra de Roberto Russell e Juan G. Tokatlian (2003, p. 13) sobre o lugar do Brasil na política externa argentina tem como principal objetivo abordar as “visiones argentinas” sobre as três etapas que, segundo os autores,

[...] correspondem grosso modo a três modelos de inserção internacional seguidos pela Argentina: 1) o da relação especial com a Grã-Bretanha; 2) o paradigma globalista e 3) a estratégia da aquiescência pragmática.

O primeiro paradigma esteve vigente desde o final do século XIX até os anos 1930; o segundo paradigma, do início dos anos 1940 até o fim da guerra fria; o terceiro, em princípios dos anos 1990 até 2001. Para os autores, durante cada etapa houve uma visão dominante, sobre o Brasil, acompanhada por outras visões secundárias que, juntas, influenciaram a política externa da Argentina para o Brasil. A “visão” predominante durante as etapas dos paradigmas “relação especial com a Grã-Bretanha” e “globalista” foi a da rivalidade. Embora acompanhada de algumas noções de cooperação, a percepção do “outro” como rival acompanhou todo o período e atingiu de forma homogênea nos vários segmentos sociais, alimentando a preocupação sobre o aumento do poder do outro:

Este “dilema de seguridad sudamericano”, que combinó elementos materiales y sociales, fue “construído” por los dos países a partir de un stock de ideas compartidas en el que el poder del otro siempre se consideró como una amenaza a la seguridad nacional propia. (RUSSEL; TOKATLIAN, 2003, p. 67).

Essa percepção da rivalidade somente veio a ser superada com a derrota da Argentina na Guerra das Malvinas que, segundo os autores, acabou para sempre o dilema da segurança argentino-brasileiro. E a democratização dos dois países possibilitaria o surgimento de uma nova cultura sobre o “outro” que foi representado pela amizade (RUSSEL; TOKATLIAN, 2003, p. 68).

Raúl Bernal-Meza (2002, p. 89) identifica as imagens que as elites argentinas tinham de seu país como um dos fatores explicativos das sucessivas mudanças de modelos de desenvolvimento e inserção internacional. Nesse sentido, a política externa foi marcada

por una línea de continuidades, cambios y rupturas significativas, reflejándose en etapas de alineamiento – con Gran Bretaña primero –, de autonomización y de nuevos alineamientos (con EUA durante parte de las décadas de 50, 60 y 70) para llegar al período de nuevo alineamiento e inserción subordinada de los 90.

Para o autor, a Argentina foi um dos poucos exemplos de países que construíram paradigmas de política internacional, ao mencionar a *tercera posición*, do governo de Perón e o realismo periférico, do governo de Menem. Situando cada um em seu respectivo momento histórico³, o autor destaca o vínculo que ambos os paradigmas tiveram com a política econômica interna no sentido de obter uma melhor inserção internacional e de aumentar os atributos de poder de seu país. Nesse sentido, as políticas externas adotadas tanto pelo governo Perón como por Menem devem ser avaliadas como *estrategias nacionales de desarrollo* (2003, p. 287).

Bernal-Meza ressalta, ainda, que o abandono do paradigma desenvolvimentista de Estado ocorreu na Argentina muito antes do novo modelo de política exterior representado pelo realismo periférico. Para ele, esse modelo veio a complementar o que o regime militar, de 1976, havia iniciado no âmbito da economia. (2003, p. 301). A percepção dos militares e das elites que os apoiaram, em 1976, era a de um país pequeno e débil que seria incapaz de obter inserção internacional por meio de sua limitada capacidade industrial. A solução seria optar por um modelo no qual o capital financeiro e os setores transnacionais ligados a ele tivessem prioridade, o que veio a ser confirmado com o desmantelamento da indústria nacional e o retorno do país a uma situação de produtor primário. Por outro lado, a contribuição do realismo periférico, foi a releitura (revisionismo histórico) do passado de reinserção internacional do país que, por seu idealizador Carlos Escudé (2003, p. 302), propunha:

³ Ambos os paradigmas baseavam-se na doutrina justicialista (criada em 1949). No entanto, Bernal-Meza classifica o realismo periférico como um “peronismo conservador ou neoliberal”, enquanto a *tercera posición* teria características de uma “autonomía heterodoxa” (cunhada por Juan Carlos Puig, em 1970).

[...] la necesidad de abandonar lo que considera una tradición de políticas de aislamiento y confrontación con Estados Unidos [...] la construcción de una relación especial, una alianza de largo plazo con la potencia, que se asienta en la argumentación de la “irrelevancia argentina para los intereses vitales de la potencia hegemónica”.

Alessandro Wanderley Candeas (2005, p. 209) apresenta dois paradigmas que se confrontam na política externa argentina e que correspondem, de acordo com esse autor, a dois projetos de país: “o rivadaviano-albertiano da “Geração de Oitenta”, liberal e agroexportadora; a “autonomia heterodoxa” peronista, desenvolvimentista e industrializante”. Conforme o autor, o primeiro paradigma foi adotado pelos regimes militares e pelo governo Menem e o segundo pelos militares (alguns elementos), por Alfonsín, Duhalde e Kirchner.

Das leituras de Bernal-Meza e Alessandro Candeas conclui-se que os paradigmas seguidos pela política externa argentina foram adotados ao longo de sua história, sem que o tipo de regime político⁴ ou a coerência histórica tenham tido alguma relevância. O que esteve subjacente foi uma luta interna entre as imagens resultantes das experiências históricas (positivas ou negativas) do país e a busca incessante dos próprios governantes por uma identidade internacional nem sempre compreendida por eles.

Amado Cervo (2008, p. 65) analisa o conceito de paradigma nas Relações Internacionais e afirma que ele envolve determinados pressupostos, tais como a existência de ideias, interesses e estratégias que orientam a decisão da política externa e a mudança desse paradigma. Sobre o papel das ideias o autor considera:

Em primeiro plano, por trás do paradigma, verificamos a existência da ideia de nação que o povo - ou seus dirigentes - faz de si mesmo e a visão que projeta no mundo, bem como o modo como percebe a relação entre esses dois elementos. Esse pressuposto nos leva ao conjunto de valores cultivados, ou seja, à identidade cultural, que condiciona os desígnios duradouros da política exterior. O paradigma comporta uma cosmovisão, a imagem que determinada formulação conceitual projeta dos outros povos, nações ou do mundo todo.

⁴ Algumas imagens influenciaram tanto os regimes militares como os democráticos, como, por exemplo, a imagem de “grandeza nacional”, originada da experiência positiva de inserção internacional e prosperidade interna do final do século XIX e início do XX.

Para Cervo, o maior exemplo de adoção de um novo paradigma coerente e consistente do ponto de vista ideológico e também político foi o da Argentina durante o governo de Carlos Menem (1989-1999). Houve a influência de grupos acadêmicos do país (comunidade epistêmica) sobre a opinião pública, o pensamento político e o processo decisório em matéria de política interna e externa. De acordo com esse autor (2007, p. 220), foi difundida, no meio intelectual, a “teoria da decadência nacional”, baseada na interpretação dos

[...] efeitos autodestrutivos das tendências confrontacionistas com as grandes potências ocidentais que haviam acompanhado a política externa argentina desde os anos 30 do século XX.

A consequência teria sido o isolamento internacional do país. E propunha-se, como solução, uma nova orientação, mais realista, baseada na condição de um país periférico, provocando “um giro dramático na política exterior” argentina (CERVO, 2007, p. 221). Subjacente a esse novo paradigma estava uma “nova visão de mundo dos Estados Unidos” e do papel a ser desempenhado por um país “periférico, dependente, pobre e estrategicamente irrelevante para as grandes potências”, como a Argentina.

Os conceitos utilizados pelos autores citados serviram de base para o desenvolvimento do tópico seguinte que trata das percepções que os argentinos desenvolveram sobre si mesmos e sobre sua atuação no mundo ao longo da história.

4 PRINCIPAIS PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DA ARGENTINA NO MUNDO E SOBRE SI MESMA

A história argentina no século XX foi marcada por períodos de euforia e depressão resultantes da adoção de modelos contraditórios de inserção internacional e de políticas nacionais divergentes entre si. A autoestima dos argentinos esteve relacionada diretamente ao fracasso ou ao triunfo de tais modelos e políticas. A experiência agroexportadora do início do século que transformou o país em um dos mais prósperos do mundo deixou no imaginário nacional o símbolo de progresso e de riqueza. O crescimento econômico sustentado pelas vendas externas de produtos primários teve como base ideológica os princípios das ideias liberais, nos âmbitos econômico, social e político. Não havia dúvidas, por

parte de nenhum dirigente, sobre o lugar que a Argentina estava ocupando na história. Havia sim, divergência sobre os rumos da política externa:

A separação era feita principalmente em termos de mercado e de fronteiras, e daí derivavam as diferentes interpretações do interesse nacional, expressas em opiniões entre o político e o econômico, o pacifismo e o belicismo, a disputa orçamentária e as despesas militares, o europeu e o americano. (PARADISO, 2005, p. 80).

Com isso, o binômio progresso-livre mercado passou a fazer parte do acervo de representações que orientaria mais tarde a conduta de alguns dirigentes tanto no plano interno como externo. As ideias e crenças baseadas no liberalismo econômico ficaram tão profundamente arraigadas no imaginário argentino que dirigentes com perfis ideológicos distintos e em diferentes momentos históricos se valeram delas para formularem suas políticas internas e externas.

Entretanto, a crise mundial de 1929 acabou atingindo diretamente a economia argentina, demonstrando a vulnerabilidade do modelo agroexportador. Com a crise, a desilusão tomou conta da sociedade argentina que passou a preocupar-se com uma nova estratégia de crescimento que substituísse tal modelo. O debate sobre a adoção de uma política econômica que não fosse imposta por outros países já estava ocorrendo desde o fim da Primeira Guerra, uma alusão clara à influência da Inglaterra sobre os destinos econômicos do país. Foi, porém, somente com o impacto da Segunda Guerra Mundial que os conceitos de neutralismo e industrialização se transformaram em uma nova “opção para o modo de conduzir o país no mundo” (PARADISO, 2005, p. 123).

O período posterior trouxe a experiência do peronismo que procurou recuperar o prestígio internacional do país mediante uma política externa mais autônoma e um modelo de desenvolvimento alternativo de organização econômica e social com base na industrialização, na participação dos setores urbanos e dos sindicatos dos trabalhadores das indústrias. A terceira posição foi a base doutrinária que incorporou as novas ideias e crenças originárias da experiência peronista. À ideia de uma nação próspera, foram sendo acrescentadas outras como o terceirismo/neutralismo/autonomismo que ajudariam a completar o quadro das representações construídas ao longo da história do país. A autoestima da sociedade argentina retomava, pois, aos níveis do início do século, com novo ideal: a busca de uma solução genuinamente argentina.

Com a queda de Perón, em 1955, o ideário da ortodoxia liberal do início do século voltou a orientar os tomadores de decisão, tanto em ma-

téria de política externa como interna. Em 1958, com o retorno da democracia, Frondizi, da União Cívica Radical Intransigente (UCDR), apoiou-se nas ideias desenvolvimentistas que a Cepal vinha defendendo, mas com algumas divergências. Após a queda de Frondizi, em 1962, até o final da década de 80 houve uma disputa entre dois sistemas de ideias, como observa Paradiso (2007, p. 22): “desenvolvimentismo e estruturalismo/política exterior independente *versus* ortodoxia econômica/alinhamento com o Ocidente.”

Durante o regime militar denominado Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), com o lançamento do Plano Econômico Martínez de Hoz⁵, em 1978, e durante a gestão democrática de Carlos Menem (1989-1999), há o retorno das ideias liberais somadas à tentativa de restabelecer a credibilidade internacional. O legado deixado por esses dois períodos na história da Argentina atingiu com força máxima a autoestima e a autoimagem de um país que, desde sua formação como Estado-nação, predominava a crença “de que ao seu país estava reservado um futuro de grandeza” (PARADISO, 2007, p. 9).

Com a restauração da democracia, em 1983, a política externa argentina trouxe entre seus objetivos o restabelecimento da credibilidade internacional e doméstica. Acontecimentos anteriores como a Guerra das Malvinas, em 1982, durante o regime militar, e as sucessivas crises econômicas com altas taxas de inflação e o endividamento externo levaram o país ao descrédito doméstico e internacional. A busca pelo retorno da confiança no país tornou-se, portanto, prioridade para todos os governos desse período. Entretanto, as escolhas tomadas diferenciaram-se entre si porque as crenças sobre o papel que a Argentina desempenha no mundo variaram conforme a percepção de cada governante sobre esse papel. O objetivo da política externa do radical Raúl Alfonsín foi recompor a imagem externa do país e recolocá-lo no cenário internacional (PARADISO, 2005, p. 269). Pensava-se que a restauração democrática devolveria a credibilidade internacional do país e resolveria suas dificuldades econômicas internas. A crença de que com o retorno da democracia a Argentina mudaria a imagem de um país, marcado pelo isolamento, marginalidade e desprestígio⁶, influenciou os tomadores de decisão do governo Alfonsín. Além da preocupação com a credibilidade externa, havia outros objetivos

⁵ Esse plano econômico promoveu uma mudança drástica na economia, mudando o perfil produtivo do país e, conseqüentemente, causando a desindustrialização.

⁶ De acordo com Romero e Torres (2004, p.1), essas imagens são conseqüências dos regimes militares e, em especial, do conflito que originou a Guerra das Malvinas.

da política externa que demonstravam uma percepção idealista do cenário mundial, como a manutenção da paz, a democratização do sistema internacional, a autonomia nacional e a reinserção ativa do país no mundo. (ROMERO; TORRES, 2004, p. 4). A autonomia nacional defendida pelo governo Alfonsín estava respaldada pelas ideias estrutural-desenvolvimentistas e autonomistas da Cepal, e que foram aprofundadas pelo governo Frondizi. (PARADISO, 2007, p. 23).

Os formuladores da política externa argentina do governo Menem levaram em conta os condicionantes externos. Para eles, com o fim da guerra fria havia-se estabelecido uma nova configuração do sistema mundial que deixara os Estados Unidos na condição de única superpotência. E, essa condição impunha aos países como a Argentina uma mudança na política externa a qual redefiniria seu papel como ator nesse sistema. Tal mudança significava aceitar a condição de país “periférico”⁷ e manter uma aliança com a potência hegemônica de forma “realista e pragmática”.

Tanto na agenda de Alfonsín como na de Menem era mencionada a busca da credibilidade externa e interna do país, porém o que justificou a mudanças de ambas as políticas externas foi a concepção de si mesmo enquanto país autônomo⁸ (Alfonsín) ou país periférico (Menem). Ou seja, as escolhas políticas foram motivadas pelas percepções que ambos os governos tinham de seu papel no cenário mundial.

Outra ideia que marcou a política externa de Menem foi a da grandeza nacional, originária da fase áurea da Argentina do início do século XX, na qual o país alcançou a prosperidade. Ela influenciou outros governos com perfis ideológicos opostos como os militares do Processo de Reorganização Nacional e os governos de Perón. Ambos tinham em mente a ideia de restauração da grandeza nacional, cujo propósito era o resgate da unidade interna e o do prestígio externo. Para o governo de Menem:

⁷ A teoria do realismo periférico, formulada por Carlos Escudé, parte da definição da Argentina como um país “[...] dependente, vulnerável, empobrecido e pouco estratégico para os interesses vitais dos Estados Unidos e que, portanto, deveria formular uma política externa isenta de qualquer atitude que viesse a afetar o bem-estar da população. Diante disso, a política externa deveria ter um baixo perfil e isso significava que o país deveria adaptar seus objetivos aos da superpotência dominante na sua região, no caso os Estados Unidos.” (ONUQUI, 2002, p. 61).

⁸ Entende-se como um país autônomo aquele que buscou diversificar seus vínculos externos e desenvolveu, como país médio, um papel ativo nas negociações internacionais sobre temas políticos e econômicos de natureza global. (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 30).

[...] o caminho da restauração passava pelo oposto do que se havia tentado com as políticas desenvolvimentistas. Se uma economia aberta ao mundo e a relação especial com a potência hegemônica da época tinha sido a fórmula de êxito no princípio do século XX, era preciso repeti-la no fim do século. (PARADISO, 2007, p. 24).

Em outras palavras, era preciso repetir o modelo anteriormente exitoso de uma economia aberta e de uma relação especial com a potência hegemônica (agora não mais a Inglaterra, mas os Estados Unidos).

De la Rúa, em 1999, manteve o objetivo de alcançar a credibilidade externa do país, porém não se diferenciou nem de Alfonsín nem de Menem quanto ao papel da Argentina no cenário internacional. Introduziu algumas inovações que resultaram em um misto das duas políticas externas: reconhecia a necessidade de vincular-se “de forma intensa” com os Estados Unidos, garantindo, ao mesmo tempo, a autonomia. (ROMERO, 2004, p. 11). Esse governo não trouxe ideias novas para política externa, apenas recuperou aquelas predominantes nos dois governos anteriores, em parte como consequência da situação conjuntural bastante crítica que levou De La Rúa à renúncia.

O objetivo de reconstruir a imagem do país perante a comunidade internacional voltou com força no governo de Eduardo Duhalde, que assumiu a Presidência interina após a renúncia de De La Rúa, em dezembro de 2001, e de sucessivas alternâncias de dirigentes. As ideias de autonomia, representadas pela iniciativa de estreitar laços com os países europeus, identificam esse governo com o de Alfonsín. Durante o curto espaço de tempo em que Duhalde ficou na Presidência, evidenciou-se a nova tendência a ser seguida em termos de política interna com o fim da conversibilidade, fundamento principal da política econômica de Menem e De La Rúa. Durante a interinidade, Duhalde preparou o terreno para seu sucessor Nestor Kirchner, também do Partido Justicialista, em direção a uma mudança na orientação da política externa.

Nestor Kirchner elegeu-se em 2003, com a proposta de mudança drástica, tanto no plano interno como externo, procurando distinguir-se das políticas de Menem e de La Rúa. Em seu discurso de posse, prometeu fundar um novo modelo de país cujo objetivo era “reconstruir a Argentina para todos os argentinos” e recuperar “[...] os valores da solidariedade e da justiça social, para poder avançar na construção de uma sociedade mais equilibrada, mais justa.” (FIGUEIREDO, 2005, p. 8). A ideia de reconstrução nacional aparece pela primeira vez nesse período, associada à ideia de autonomia, uma vez que uma das primeiras medidas do

governo Kirchner foi estabelecer uma dura negociação⁹ com os credores internacionais, o que se estendeu até 2005. Tal posição traz de volta a ideia de restauração peronista, que foi baseada na grandeza nacional com uma perspectiva autonomista ao propor uma “solução argentina para os problemas argentinos” por meio da terceira posição. Esta serviria de instrumento qualificado, tanto para a política interna (forma específica de nacionalismo econômico) como para a ação diplomática (neutralismo diante das potências hegemônicas).

A promessa de Nestor Kischner de reconstruir a nação sob novas bases ao afirmar que “[...] *es la política la que arrastra a la economía y no al revés, como nos hicieron creer durante años*” (HOMERO; TORRES, 2004, p. 14) retoma algumas posições (realistas) de Perón que

[...] pensava que a política era a ferramenta mais apta para construir novas realidades e para buscar que prevalecesse o interesse próprio nas relações com os demais, especialmente com os mais fortes. (PARADISO, 2007, p. 17).

A pergunta que fica é se esse governo teria dado um rumo mais realista e pragmático à sua política externa ou esta foi mais uma manifestação de que a Argentina continua a confundir-se na avaliação sobre a definição do papel que lhe é reservado no mundo? Ainda é cedo para afirmar se durante o governo Kirchner houve uma mudança de paradigma que se configuraria numa nova “estratégia nacional de desenvolvimento” (BERNAL-MEZA, 2003) ou a política externa passou apenas por alguns ajustes e adaptações, ou talvez uma tentativa de retorno ao passado. Em outubro de 2007, Cristina Kirchner, ex-primeira-dama e ex-senadora do Partido Justicialista (PJ) venceu as eleições, deixando algumas evidências de que haveria uma continuidade da política externa de Nestor Kirchner. O estilo K, denominação dada ao modelo político estruturado por Nestor Kirchner, provavelmente, seria seguido por Cristina Kirchner. Tem algumas semelhanças com o estilo de Perón na década de 1950. A diferença é o tempo que os separa e com ele as grandes transformações que ocorreram no país e no mundo de lá pra cá.

⁹ Fazia parte da estratégia do novo governo a retórica de confronto tanto com os credores privados como com o FMI cujo objetivo era “fortalecer a imagem de um presidente capaz de tudo em nome da defesa dos interesses de seu país”. Na realidade, “Kirchner jamais deixou de pagar a dívida da Argentina com o FMI, um dos poucos credores privilegiados do país”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 15).

O acervo representativo de ideias e crenças originadas da experiência vivida pela sociedade argentina foi suficientemente grande e variado para formar as visões de mundo dos tomadores de decisão, muitas vezes contraditórias entre si. A seguir, veremos como essas mesmas ideias e crenças repercutiram sobre as decisões tomadas na política externa, em cada período.

5 PAPEL DAS IDEIAS E CRENÇAS NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA (1983-2007)

A redemocratização e a vitória de Raúl Alfonsín, da UCR, deram novos rumos à política externa argentina, a partir de 1983. Na tentativa em descomprometer a Argentina do confronto Leste-Oeste, entre as grandes potências, o governo radical optou pela defesa da questão Norte-Sul para a política externa do país. Dentro dessa nova perspectiva, estava a adoção de práticas e políticas de cooperação e integração com os países da região, em especial o Brasil. O exemplo mais evidente dessa política de aproximação com a região foi o processo de integração iniciado com o Brasil em 1985 com a *Declaração de Iguazu*, assinada pelos dois países e, mais tarde, em 1988, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação Econômica e Desenvolvimento, estabelecendo as bases para a criação do Mercosul, em 1991. Apesar do esforço em recuperar a imagem internacional do país, internamente o peso da dívida externa e a resultante crise inflacionária obrigaram Alfonsín a deixar o poder meses antes de acabar seu mandato, antecipando o mandato de seu sucessor Carlos Saúl Menem, que assumiu em 1989.

Com o colapso da União Soviética e o fim da guerra fria, surgiram novos condicionantes das Relações Internacionais: o aumento da interdependência das economias, dos fluxos financeiros e de comércio, a defesa da democracia, o reordenamento das relações de poder inter-regionais, o papel predominante dos Estados Unidos, entre outros que afetaram os países em desenvolvimento.

A Argentina, com o intuito de adaptar-se ao novo cenário internacional buscou “[...] estabelecer ou consolidar alianças internacionais que *ajudariam* a redesenhar e/ou manter as novas relações sociais domésticas.” (SARAIVA; TEDESCO, 2001, p. 129). Nesse sentido, o governo Menem caracterizou-se por promover uma alteração profunda na conduta externa do país, cujo objetivo principal era incorporá-lo ao primeiro mundo (CERVO, 2001, p. 287), substituindo a postura de confrontação –

característica do período anterior¹⁰ – pela de cooperação, em especial, com os Estados Unidos. A opção foi por um amplo processo de abertura econômica e comercial, deixando de lado o modelo de Estado desenvolvimentista¹¹ predominante na Argentina desde 1930. Com a mudança da política econômica, buscavam-se benefícios econômicos que pudessem devolver ao país a possibilidade de destacar-se novamente no cenário econômico mundial.

A busca de apoio dos Estados Unidos levou o país a tomar uma série de medidas: a participação na Guerra do Golfo, em 1990; o posterior aumento da participação nas operações de paz; o cancelamento do projeto missilístico Cóndor II, em maio de 1991; a retirada do Movimento dos Países Não-Alinhados, em 1991; o apoio à posição dos Estados Unidos de intervenção no Haiti, em 1993; a adesão a regimes internacionais de segurança e a ratificação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em fevereiro de 1995. Houve ainda a mudança de posicionamento no âmbito de organismos multilaterais, principalmente junto à Assembleia-Geral das Nações Unidas, na qual a Argentina passou a votar a maioria das questões com os Estados Unidos (como, por exemplo, o voto favorável à condenação da situação dos direitos humanos em Cuba), entre outros. (ONUQUI, 2002).

Com a ascensão do radical De La Rúa¹², em 1999, realizaram-se algumas inovações para conquistar a confiança externa. Contudo, diferentemente das “relações carnis” com os Estados Unidos defendidas pelo governo anterior, a política externa da Alianza (nome dado à coalizão UCR-FREPASO) estabeleceu “relações intensas”, abandonando o alinhamento automático ou incondicional (ROMERO, 2004, p. 11) do governo Menem. A política externa do governo De La Rúa priorizou: a integração política econômica sul-americana; a defesa da paz e da segurança e da democratização do sistema internacional; a manutenção das relações com os Estados Unidos, mas com autonomia; o reconhecimento das Nações Unidas como o espaço para as discussões relativas às Malvinas (abandonando a *política de seducción* do ex-Chaneler Di Tella,

¹⁰ É importante ressaltar, aqui, a “[...] revisão” que o governo Menem e seus colaboradores acadêmicos fizeram da política internacional argentina do período peronista, o qual foi apontado por eles como isolacionista e responsável pela decadência interna do país. (GUIMARÃES, 2000, p. 260).

¹¹ Para Rapoport (2006, p. 645), houve uma tentativa anterior de mudança de modelo econômico, durante o regime militar de 1976, o Processo de Reorganização Nacional, que resultou no início da desindustrialização do país.

¹² Candidato da corrente oposta ao justicialismo, De La Rúa foi eleito mediante a aliança da Unión Cívica Radical (UCR) e a Frente País Solidario (FREPASO), cujo líder era Carlos “Chaco” Alvarez (eleito vice-presidente).

considerada ineficiente pelo novo governo). Foram mantidas certas políticas do governo anterior como a econômica, após a volta do ex-ministro da Economia, Domingo Cavallo, em 2001. E, a postura em relação a Cuba, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, foi de apoio aos Estados Unidos nas sanções contra aquele país, distanciando-se da posição do Brasil (ROMERO, 2004, p. 9-11). As relações da Argentina com o Brasil deterioraram-se como resultado da posição em face da ALCA e de um acordo bilateral com os Estados Unidos (VADELL, 2006, p. 201).

Eduardo Duhalde assumiu a Presidência interina do país (até 2003) após a renúncia de De La Rúa, em dezembro de 2001. Além de pôr fim ao regime de conversibilidade (desvalorização do peso em janeiro de 2002) e de escolher o economista Roberto Lavagna para a pasta de Economia, Duhalde dedicou-se a reconstruir a imagem internacional do país, estreitando laços com países europeus, em especial a Espanha. Entretanto, a crise social que se alastrou pelo país obrigou Duhalde a antecipar as eleições presidenciais para abril de 2003.

A eleição de Néstor Kirchner¹³, em 2003, trouxe um significado importante que resultou da percepção da sociedade e do próprio governo sobre o fracasso da política externa anterior, baseada nas “relações especiais” com os Estados Unidos e com os organismos financeiros internacionais, o que permitiu ao governo Kirchner uma maior assertividade e determinação já no início de seu mandato (VADELL, 2006, p. 205).

No âmbito interno, o governo Kirchner renovou a política dos direitos humanos, destacando-se de seus antecessores, ao eliminar decretos que protegiam militares, aprovou o pagamento de indenização a exilados políticos e defendeu a anulação das “leis do perdão” (Obediência Devida e Ponto Final)¹⁴, além de promover uma reforma do Judiciário – renovação de parte do Supremo Tribunal da Justiça (FIGUEIREDO, 2005, p. 11)

¹³ Néstor Kirchner, governador de Santa Cruz, pelo Partido Justicialista (PJ), foi apoiado pelo ex-presidente Eduardo Duhalde. Participaram como candidatos no primeiro turno das eleições Adolfo Rodríguez Saá e Carlos Menem, ambos também do PJ, Elisa Carrió (deputada de centro-esquerda, ex-radical) e Ricardo López Murphy (ex-ministro da Economia de De La Rúa). Foram para o segundo turno Carlos Menem (24% dos votos) e Néstor Kirchner (com 22%) dos votos. O ex-presidente Menem renunciou à candidatura, poucos dias antes das eleições, temendo sofrer uma derrota avassaladora.

¹⁴ As duas leis foram promulgadas durante o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-89). A Lei do Ponto Final, de 1986, estabelecia um prazo-limite (de 60 dias a partir daquela data) para a apresentação de novas causas contra envolvidos na repressão. A Lei de Obediência Devida, sancionada um ano mais tarde. Pouco depois de um levante promovido pelo Tenente-coronel Aldo Rico isentou de culpa os oficiais subalternos, com base no fato de que, supostamente, estariam cumprindo ordens.

As relações com o Brasil foram priorizadas (assemelham-se com a conduta externa do governo Duhalde) e utilizadas como instrumento de poder nas negociações comerciais internacionais (OMC, G-20) perante os Estados Unidos e à União Europeia. No entanto, algumas divergências, tanto no âmbito regional como internacional, ainda persistiram e criou-se certo desconforto, como a falta de entusiasmo por parte da Argentina com a Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA)¹⁵ e as disputas com relação à eventual reforma do Conselho de Segurança na ONU (VADELL, 2006, p. 211). A crise entre a Argentina e o FMI também criou alguns constrangimentos nas relações com o governo brasileiro: o presidente argentino argumentou, à época, falta de apoio do Presidente Lula à Argentina durante o processo. Em 2004, a Argentina adotou medidas de proteção à indústria local, em detrimento das relações com o Brasil, e restringiu a importação de produtos da linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar louça, etc) do Brasil, com a justificativa de proteção à indústria local. (FIGUEIREDO, 2005, p. 14).

A nova correlação de forças que se configurou na região, a partir de 2006 com a ascensão ao poder de governos de esquerda e com forte representação popular (Venezuela, Bolívia, Peru, Equador, Uruguai), influenciou a política externa de Kirchner. Enquanto as relações com o Brasil estiveram um pouco mornas e por vezes conflituosas, com países como a Venezuela elas se estreitaram. A diplomacia do petróleo de Hugo Chávez pareceu ter seduzido Kirchner e embaralhado um pouco o objetivo da política externa de seu governo. Isso fez com que analistas, como Carlos Pérez Llana, em entrevista ao *La Nación*, tenham afirmado, à época, que a política externa de Kirchner não existia e que havia um grande desconhecimento por parte desse governo sobre a agenda internacional, as suas tendências e como a Argentina poderia beneficiar-se:

Este gobierno no tiene política exterior porque no há definido una lectura del mundo. Tampoco sabe quiénes sons sus sócios, quiénes sons sus aliados, a quiénes nos queremos parecer, si a modelo populista o al socialdemócrata. (MARÍA RAMOS, 2006).

¹⁵ Proposta do Brasil que buscava um órgão que unisse o Mercosul e a Comunidade Andina. Esta foi substituída, em maio de 2008, pela União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Cristina Kirchner, assumiu em 2008 dando alguns sinais de que sua política externa estaria dividida entre a parceria estratégica com o Brasil, construída ao longo dos últimos anos e uma relação bastante próxima, em termos comerciais e políticos com a Venezuela. Resta saber, se Cristina, ao contrário de seu antecessor, conseguirá construir uma agenda mais positiva com seu principal parceiro, sem prejudicar as boas relações com a Venezuela de Hugo Chávez, cujo projeto de liderança para a região contrasta com o do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1983 a 2007 representou uma singular estabilidade democrática jamais vista na história doméstica argentina. Por outro lado, no tocante à tomada de decisão no plano externo, houve uma variação muito grande, deixando margem para questionamentos sobre quais teriam sido as razões para tal incongruência. É nesse sentido que as ideias e crenças adquiriram importância para a análise da formulação da política externa do país, nesse período.

Percebeu-se, ao longo deste estudo, que as ideias e crenças que nortearam a política externa do país estiveram diretamente ligadas às experiências bem-sucedidas (ou não) de inserção nacional e(ou) de políticas nacionais diametralmente opostas, cabendo a cada governante, uma vez no poder, lançar mão de alguma delas e aplicá-las, segundo suas convicções. Nesse sentido, as visões de mundo de cada agente se tornaram preponderantes e definidoras para a condução da política externa de cada período.

Conclui-se que a incongruência da política externa argentina no período 1983-2007 não se deve somente à ausência de um padrão institucional que fosse capaz de incorporar essas ideias e dar-lhes consistência e coerência na tomada de decisão, mas, sobretudo, ao grande conflito de identidade existente na sociedade argentina sobre a visão que tem de si mesma e sobre o papel que ela exerce no mundo e(ou) na região.

REFERÊNCIAS

BERNAL-MEZA, Raúl. Política exterior argentina: de Menem a de La Rúa – hay una nueva política? **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1, p. 74-93, 2002.

_____. Venturas y desventuras de la Argentina: los cambios de paradigma de política exterior y su relación con los modelos de inserción. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). **Relações internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IPRI, 2003.

_____. **América Latina en el mundo**. Buenos Aires: Latinaamericano, 2005.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

EVERA, Stephen Van. **Guia para estudantes de ciência política**: métodos y recursos. Barcelona: Gedisa, 2002.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André Moreira. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. In: Anais do XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA-ANPEC, 33. Natal. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A023.pdf>> Acesso em: maio 2007.

FIGUEIREDO, Janaína. O estilo K e a política argentina. **Análise de Conjuntura OPISA**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-15, set. 2005. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br/analises.php>>. Acesso em: abr. 2007.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert O. **Ideas and foreign policy**: beliefs, institutions, and political change. Ithaca: Cornell University, 1993.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, 2000.

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto Internacional**, v. 16, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 1994.

JERVIS, Robert. **Perceptcion and misperceptions in international politics**. New Jersey: Princeton University, 1976.

MARÍA RAMOS, Carmem. Carlos Pérez Llana: “este gobierno carece de política exterior”. **La Nación**, Buenos Aires, 2 set. 2006. Disponível em: <http://buscador.lanacion.com.ar/Nota.asp?nota_id=836872&high=politica%20kirchner>. Acesso em: 20 ago. 2007.

ONUKI, Janina. **As mudanças na política externa argentina no governo Menem (1989-1999)**. 2002. 156 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2002.

_____. O Mercosul e a incoerência da política externa argentina. **Revista Política Hoje**, v. 1, n. 14, p. 1-16 (PDF), 2004. Disponível em: <<http://www.politicohoje.com>>. Acesso em: 2007.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo: a Argentina e a busca da identidade internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Ideias, ideologias e política externa na Argentina. **Diplomacia, Estratégia, Política (DEP)**, n. 5, p. 5-2, jan./mar. 2007.

ROMERO, Estela; AUGUSTÍN TORRES, Miguel. **La constante búsqueda de una identidad: una mirada hacia la política exterior argentina – desde Menem a Kirchner**. Buenos Aires: IDELA/UNT, nov. de 2004. Disponível em: <www.idela.org.ar/contenidos/>. Acesso em: 2007.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El lugar de Brasil en la política exterior argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SARAIVA, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da guerra-fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 44, n. 2, p. 126-150, 2001.

SILVA, Alexandra De Mello e. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 139-158, 1998.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. **Hacia una nueva estrategia internacional: el desafío de Néstor Kirchner**. Buenos Aires: Norma, 2004.

_____. Una Nueva Actitud Anti-Brasil? **Debate**, Buenos Aires, v. 2, n. 78, p. 30-31, set. de 2004.

VADELL, Javier Alberto. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 194-214, 2006.

Recebido em: maio de 2009.
Aprovado em: junho de 2009.